



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 11128.003158/97-91  
SESSÃO DE : 21 de março de 2001  
ACÓRDÃO N° : 303-29.629  
RECURSO N° : 120.243  
RECORRENTE : COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
CODESP  
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

**VISTORIA ADUANEIRA.**

Termo de Vistoria com assinatura apenas do depositário não serve como prova excludente de responsabilidade deste, por ser unilateral e em desacordo com o Regulamento Aduaneiro. A depositária é a responsável por extravio de mercadoria.

**RECURSO NEGADO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 21 de março de 2001

JOÃO HOLANDA COSTA  
Presidente

MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES  
Relator

01 JUN 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ANELISE DAUDT PRIETO, ZENALDO LOIBMAN, IRINEU BIANCHI, PAULO DE ASSIS, CARLOS FERNANDO FIGUEIREDO DE BARROS e NILTON LUIZ BARTOLI.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.243  
ACÓRDÃO N° : 303-29.629  
RECORRENTE : COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
CODESP  
RECORRIDO : DRJ/SÃO PAULO/SP  
RELATOR(A) : MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES

RELATÓRIO E VOTO

Após o retorno da diligência não posso deixar de acatar as razões do Sr. Delegado as quais transcrevo:

*"Inicialmente, recorda-se que a responsabilidade dos tributos apurados em relação a extravio é de quem lhe der causa (artigo 478 do Decreto 91.030/85 com base no artigo 60, parágrafo único, do Decreto-lei nº 37/66).*

*É pertinente à lide a evocação do art. 3º do Decreto-lei nº 116/67 que regula o transporte marítimo: A responsabilidade do navio ou embarcação transportadora começa com o recebimento da mercadoria a bordo e cessa com a sua entrega à entidade portuária ou trapiche municipal, no porto de destino, ao costado do navio. Salienta-se que, mesmo nos contratos de transporte onde não é possível a verificação do conteúdo do contêiner pelo transportador (no caso, cláusula SAID TO CONTAIN - S.T.C. - fls.37), o peso é perfeitamente verificável. Se o transportador não verificar o peso mas passa recibo do que consta nos documentos estará assumindo a responsabilidade de estar transportando o peso manifestado. Da mesma forma a depositária assume a mesma responsabilidade se não proceder à pesagem quando da recepção da mercadoria. Presume-se correto o recibo assinado sem ressalvas.*

*O Art. 470 do Regulamento Aduaneiro dispõe que cabe ao depositário logo após a descarga de volume avariado, lavrar termo de avaria, que será assinado também pelo transportador e visado pela fiscalização aduaneira. E, em seu Art. § 1º, prescreve que na hipótese do transportador não se encontrar ao ato ou recusar-se a assinar o termo de avaria, o depositário fará registro dessa circunstância em todas as vias do documento. Porém não dispensa o visto da fiscalização.*

*Não há o visto da fiscalização no Termo de Avaria nº 25047 (fls. 21) apresentado na impugnação, bem como não existe a assinatura*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.243  
ACÓRDÃO Nº : 303-29.629

*do transportador aceitando as informações ali apostas. Apenas consta a informação de que o AFTN não se fez presente ao ato. Portanto, o documento apresentado na impugnação não serve como prova excludente de responsabilidade, sendo um documento meramente unilateral elaborado pela depositária.*

*A pesagem apontada no Termo apresentado a posteriori é idêntica à que consta do Termo de Vistoria Aduaneira, ou seja, 11.820 Kg. Porém, como já visto, o documento apresentado à folha 21 não pode ser considerado prova hábil, para, por si só, afastar a responsabilidade da depositária, imputando-a ao transportador.*

*Considera-se, portanto, pelos documentos constantes dos autos, que a responsabilidade pelo extravio é da depositária, por não ter comprovado que já recebera o contêiner com diferença de peso, no momento da descarga.*

Em função do exposto, voto para negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2001

  
MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES - Relator



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º : 11128.003158/97-91  
Recurso n.º : 120.243

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador, Representante da Fazenda Nacional junto à Terceira Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdão nº 303-29.629

Brasília-DF,

Atenciosamente

*João Holanda Costa*  
João Holanda Costa  
Presidente da Terceira Câmara

Ciente em: 01/06/2001

*Qdo. Wmho*